

<u>ATA N.16/2025</u>
ATA APROVADA EM MINUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA
<u>DE REI</u>
<u>DATA DA REALIZAÇÃO:</u> 5 de setembro de 2025
<u>PRESENÇAS:</u> Presidente: Paulo César Laranjeira Luís;
Vice-Presidente: Rosa Maria Farinha Martins;
Vereadores: Luís Manuel Martins Ferreira dos Santos, Bruno Manuel Dias Fernandes e José
António Martins Domingos
<u>SECRETARIOU:</u> Ana Lúcia Mateus Francisco, Técnica Superior
Laranjeira Luís, eram cerca de 10h00m
<u>APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA</u>
De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta a fim de produzi
efeitos imediatos
ORDEM DO DIA (ARTº 53º DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO):
PONTO 1 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Início de procedimento
de elaboração de regulamento municipal de incentivo à produção pecuária - pequenos ruminantes
e à apicultura em Vila de Rei" Proc. 2025/100.10.400/6 - para deliberação;
PONTO 2 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Início de procedimento
de elaboração de regulamento de infraestruturas em espaço público" Proc. 2025/100.10.400/7 -
para deliberação;
PONTO 3 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Reversão do lote 17 da
Zona Industrial de Vila de Rei" Proc. 2023/300.10.003/9 - para deliberação:



------PONTO 4 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano" Proc. 2025/100.10.400/5 - para deliberação; -------PONTO 5 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4999 sobre o assunto: "Pedido de emissão de parecer de compropriedade-Prédio rústico com o artigo n.º 17089-Quintal-Vale do Grou-Vila de Rei." Proc. 2025/450.30.003/51 - para deliberação; ------------PONTO 6 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4461 sobre o assunto: "Pedido de emissão de parecer de compropriedade - Prédio rústico com o artigo n.º 3532-Ribeiro do Lavadouro-Vila de Rei." Proc. 2025/450.30.003/40 - para deliberação;----------PONTO 7 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5072 sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 12 Fogos (Lotes 18 e 19) - Auto de medição n.º 19." Proc. 2023/300.10.001/40 - para deliberação;----------------------PONTO 8 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5071 sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 18 Fogos (Lotes 15, 16 e 17) -Auto de medição n.º 19" Proc. 2023/300.10.001/41 - para deliberação; ---------------PONTO 9 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5075 sobre o assunto: "Reabilitação e Requalificação da Escola Básica e Secundária de Vila de Rei - Auto de medição n.º 10" Proc. 2024/300.10.001/23 - para deliberação;-----------------------PONTO 10 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4621 sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 12 Fogos (Lotes 18 e 19) -Informação relativa ao pedido de prorrogação de prazo." Proc. 2023/300.10.001/40 - para deliberação; -----------PONTO 11 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4622 sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 18 Fogos (Lotes 15, 16 e 17) -Informação relativa ao pedido de prorrogação do prazo" Proc. 2023/300.10.001/41 - para



deliberação;
PONTO 12 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5062
sobre o assunto: "Horários Transportes ano letivo 2025/2026." Proc. 2025/150.10.400/1 - para
conhecimento;
PONTO 13 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Abertura de
procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na
modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para
preenchimento de um posto de trabalho de trabalho na carreira e categoria de assistente
operacional" Proc. 2025/250.10.101/2 - para deliberação;
PONTO 14 - Relatório - Consulta Prévia - Prestação de serviços de um Revisor Oficial de
Contas para a prestação de contas do ano de 2025 - Proc. 2025/300.10.005/1221 - para
deliberação;
PONTO 15 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4903 sobre
o assunto: "Pedido de Cedência de Gabinete Empresarial no Centro de Instalação de Empresas e
Serviços (CIES)" Proc. 2025/300.50.201/31 - para deliberação;
PONTO 16 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4668 sobre
o assunto: "Pedido de prorrogação de contrato de arrendamento - Espaço Empresarial n.º 5 do
CIES" Proc. 2023/300.50.201/11 - para deliberação;
PONTO 17 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4795 sobre
o assunto: "Pedido de prorrogação de contrato de arrendamento - Gabinete Empresarial n.º 5 do
CIES" Proc. 2023/300.50.201/11 - para deliberação;
PONTO 18 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4659 sobre
o assunto: "Pagamento da Cota Anual - Protocolo de Colaboração com a AEBB" Proc.
2024/150.10.500/4 - para deliberação;



PONTO 19 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto "Regulamento dos
Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos" Proc. 2024/100.10.400/2 - para deliberação;
PONTO 20 - 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025 - Proc.
2025/350.10.001/6 - para conhecimento;
PONTO 21 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4658 sobre
o assunto: "Listagem de pagamentos e recebimentos do mês de julho" Proc.
2025/350.10.600/1741 - para conhecimento;
PONTO 22 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4649 sobre
o assunto: "Renovação do Protocolo de Cooperação com a AHRESP" Proc. 2024/150.10.500/5 -
para deliberação;
PONTO 23 - 3.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025 - Proc.
2025/150.20.202/3 - para deliberação;
PONTO 24 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Pedido de autorização
prévia da assunção de compromissos plurianuais" Proc. 2025/350.10.600/1923 - para deliberação;-
PONTO 25 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 5061 sobre
o assunto: "Listagem de pagamentos e recebimentos do mês de agosto" Proc.
2025/350.10.600/1922 - para conhecimento;
PONTO 26 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 5089 sobre
o assunto: "Listagem das autorizações prévias genéricas" Proc. 2025/350.10.600/1925 - para
conhecimento;
<u>DELIBERAÇÕES TOMADAS</u>
PONTO 1 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Início de procedimento
de elaboração de regulamento municipal de incentivo à produção pecuária - pequenos ruminantes
e à apicultura em Vila de Rei" Proc. 2025/100.10.400/6 - para deliberação;



Gabinete da Presidência
Início de procedimento de elaboração de regulamento municipal de incentivo à produção
pecuária - pequenos ruminantes e à apicultura em Vila de Rei
Considerando que:
1. Inserindo-se numa estratégia de desenvolvimento do concelho de Vila de Rei, que dá
prioridade ao crescimento económico e ao desenvolvimento rural;
2. Atendendo às atividades de produção pecuária de pequenos ruminantes e à apicultura que
constituem atividades relevantes para o desenvolvimento do concelho e da região, atividades estas com
forte expressão numa dimensão de pequenas explorações pecuárias e apícolas de natureza familiar; -
3. A sustentabilidade económico-financeira das pequenas explorações sofre pelos elevados
custos associados à produção, constituindo barreiras à atividade e ao progressivo desaparecimento,
ameaçando a manutenção das explorações e a continuidade da ocupação do território;
4. A apicultura, que tem um valor económico intrínseco, contribui para a conservação e
restauro da biodiversidade da flora autóctone, através da polinização natural, pelo que se torna
especialmente importante apoiar pequenas explorações apícolas;
5. Neste contexto, a concessão de apoio financeiro aos pequenos produtores pecuários e
apicultores, com os propósitos de promover a sua fixação e rejuvenescimento, dinamizar a atividade
económica e as produções locais atenuando os custos de exploração, encontra-se plenamente
justificada no âmbito das atribuições autárquicas. Assim, proponho a criação de um regulamento
municipal de incentivo à produção pecuária - pequenos ruminantes e à apicultura em Vila de Rei
Em termos gerais, os procedimentos agora previstos regem-se pelos art.ºs 97.º a 101.º (quanto
ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos).
Determina o n.º 1 do art.º 98.º que "o início do procedimento é publicitado na Internet, no



sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear c
procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a
constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.'
Nos termos conjugados desta disposição legal, com o que dispõe a al. k) do n.º 1 do art.º 33.º
do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para decidir desencadear c
procedimento é a Câmara Municipal
Considerando que se verifica a necessidade de se proceder à elaboração de um projeto de
regulamento, proponho que a Câmara Municipal delibere:
a) A abertura do procedimento tendente à elaboração do projeto de regulamento municipa
de incentivo à produção pecuária - pequenos ruminantes e à apicultura em Vila de Rei;
b) A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município
(www.cm-viladerei.pt), através de consulta pública, pelo prazo de 30 dias consecutivos, a contar da data
da publicitação de aviso na página de internet deste Município e Diário da República, com vista a
apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento
c) Durante este período os interessados poderão por escrito, formular sugestões e
observações que possam ser consideradas no âmbito da elaboração do referido regulamento
As participações deverão ser entregues em mão, por correio eletrónico para o endereço
município@cm-viladerei.pt ou por correio para o Município de Vila de Rei, Praça Família Mattos Silva
Neves, 6110-104 Vila de Rei
d) Designar a Dr.ª Manuela Ramos Brito, Técnico Superior, desta autarquia, como responsáve
pela direção do procedimento regulamentar no qual é delegado o poder de direção do procedimento
podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução
nos termos das normas legais aplicáveis."
Após análise da proposta supratranscrita, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, o



Início de procedimento de elaboração de regulamento municipal de incentivo à produção pecuária
pequenos ruminantes e à apicultura em Vila de Rei, conforme o conteúdo da proposta supratranscrita.
PONTO 2 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Início de procedimento de
elaboração de regulamento de infraestruturas em espaço público" Proc. 2025/100.10.400/7 - para
deliberação;
Gabinete da Presidência
Proposta para início de procedimento de elaboração de regulamento de infraestruturas en
espaço público
Nos últimos anos tem-se constatado um crescimento significativo na instalação de
infraestruturas de serviços públicos, tanto em áreas pertencentes ao domínio público como ao domínio
privado do município, impulsionado, em grande medida, pela crescente necessidade de acesso a redes
de comunicações eletrónicas;
Esta realidade tem conduzido a uma intensificação das intervenções em espaço público, não
apenas para a implementação dessas infraestruturas, mas também para a realização de operações de
manutenção e reparação das mesmas;
Com o intuito de acompanhar esta evolução, foram aprovados diversos diplomas legais
nomeadamente a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), na sua redação
atual, o Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro, que estabelece o regime aplicável à instalação e
suporte das infraestruturas das estações de radiocomunicações, bem como o Decreto-Lei n.º 123/2009
de 21 de maio, que regula a construção de infraestruturas suscetíveis de acolher redes de comunicações
eletrónicas, igualmente na sua versão atualizada; Assim, considerando que :
compete ao Município de Vila de Rei, no âmbito das competências que lhe estão legalmente
atribuídas, regulamentar e ordenar a utilização dos bens do domínio público e privado municipais —



nomeadamente o solo e o subsolo — no que respeita à instalação de infraestruturas técnicas, tornando-
se essencial estabelecer um enquadramento normativo que, por um lado, esteja alinhado com os
desenvolvimentos legislativos no setor das comunicações eletrónicas e, por outro, permita dar resposta
eficaz às situações análogas decorrentes da instalação de outras infraestruturas de natureza técnica;-
se deverá prever um procedimento de autorização prévia para a realização de intervenções
em espaço público, aplicável sempre que não exista outro regime de controlo previamente definido
para o tipo de obra ou intervenção em causa;
Neste propósito, proponho a criação de um Regulamento de infraestruturas em espaço
público
Em termos gerais, os procedimentos agora previstos regem-se pelos art.ºs 97.º a 101.º (quanto
ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos).
Determina o n.º 1 do art.º 98.º que "o início do procedimento é publicitado na Internet, no
sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o
procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a
constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento."
Nos termos conjugados desta disposição legal, com o que dispõe a alínea qq) do n.º 1 do art.º
33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para decidir desencadear o
procedimento é a Câmara Municipal
Considerando que se verifica a necessidade de se proceder à elaboração de um projeto de
regulamento, proponho que a Câmara Municipal delibere:
a) A abertura do procedimento tendente à elaboração do projeto de Regulamento de
infraestruturas em espaço público;
b) A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município
(www.cm-viladerei.pt), e Diário da República para consulta pública que decorrerá pelo prazo de 30



(trinta) dias úteis, contados a partir da publicação de Aviso na 2.ª série do Diário da República;
c) A apresentação dos contributos para a elaboração do regulamento deve ser formalizada por
escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara ou através dos serviços online que podem
ser acedidos na página de internet <u>www.cm-viladerei.pt</u> ;
d) Designar a Dr.ª Manuela Ramos Brito, Técnico Superior, desta autarquia, como responsáve
pela direção do procedimento regulamentar no qual é delegado o poder de direção do procedimento
podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução
nos termos das normas legais aplicáveis."
Após análise da proposta supratranscrita, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, o
início de procedimento de elaboração de regulamento de infraestruturas em espaço público, conforme
o conteúdo da proposta supratranscrita
PONTO 3 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Reversão do lote 17 da
Zona Industrial de Vila de Rei" Proc. 2023/300.10.003/9 - para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade, a reversão do Lote 17 da Zona Industrial do
Souto em Vila de Rei, inscrito na matriz predial sob o artigo 4132 e descrito no registo predial de Vila de
Rei sob o n.º 832, foi vendido através de escritura pública, em 31 de março de 2021, à firma Caminhos
Voadores, Unipessoal, Lda., posteriormente, tomou-se conhecimento que a empresa sofrera a alteração
de nome, passando a ter a seguinte denominação - Wangaratta Solutions, Unipessoal Lda., conforme o
conteúdo da proposta supramencionada
PONTO 4 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Regulamento
Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano" Proc. 2025/100.10.400/5 - para deliberação;
Após análise da proposta mencionada em epígrafe a Câmara Municipal deliberou por



apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 5 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4999
sobre o assunto: "Pedido de emissão de parecer de compropriedade-Prédio rústico com o artigo
n.º 17089-Quintal-Vale do Grou-Vila de Rei." Proc. 2025/450.30.003/51 - para deliberação;
O Executivo Camarário deliberou por unanimidade, a aprovação da emissão de parecer
favorável ao pedido da requerente referente ao processo n.º 2025/450.30.003/51, conforme conteúdo
da informação supramencionada, que se anexa aos documentos desta reunião
PONTO 6 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4461
sobre o assunto: "Pedido de emissão de parecer de compropriedade - Prédio rústico com o artigo
n.º 3532-Ribeiro do Lavadouro-Vila de Rei." Proc. 2025/450.30.003/40 - para deliberação;
O Executivo Camarário deliberou por unanimidade, a aprovação da emissão de parecer
favorável ao pedido da requerente referente ao processo n.º 2025/450.30.003/40, conforme conteúdo
da informação supramencionada, que se anexa aos documentos desta reunião
PONTO 7 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5072
sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 12 Fogos (Lotes 18 e 19) - Auto
de medição n.º 19." Proc. 2023/300.10.001/40 - para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade o auto de medição n. º 19 de trabalhos
normais, referentes à empreitada supramencionada, adjudicada à firma Purainstalação, Unipessoal, Lda.
no montante €26.890,02 (vinte e seis mil oitocentos e noventa euros e dois cêntimos)
PONTO 8 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5071
sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 18 Fogos (Lotes 15, 16 e 17) -
Auto de medição n.º19" Proc. 2023/300.10.001/41 - para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade o auto de medição n. º 19 de trabalhos
normais, referentes à empreitada supramencionada, adjudicada à firma Purainstalação, Unipessoal, Lda.



no montante e €45.509,92 (quarenta e cinco mil quinhentos e nove euros e noventa e dois cêntimos).
PONTO 9 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5075
sobre o assunto: "Reabilitação e Requalificação da Escola Básica e Secundária de Vila de Rei - Auto
de medição n.º 10" Proc. 2024/300.10.001/23 - para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade o auto de medição n. º 10 de trabalhos
normais, referentes à empreitada supramencionada, adjudicada à firma CANAS – Engenharia e
Construção, S.A., no montante de €140.888,15 (cento e quarenta mil oitocentos e oitenta e oito euros e
quinze cêntimos)
PONTO 10 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4621
sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 12 Fogos (Lotes 18 e 19) -
Informação relativa ao pedido de prorrogação de prazo." Proc. 2023/300.10.001/40 - para
deliberação;
Relativamente à empreitada supramencionada, adjudicada à firma Purainstalação, Unipessoal,
Lda., processo n.º 2023/300.10.001/40, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, o pedido de
prorrogação de três meses do prazo da obra, dando continuidade ao prazo inicial até ao dia 17 de
novembro de 2025, com efeitos à data da presente informação
Mais se deliberou, também por unanimidade, que o empreiteiro deve ser notificado para
proceder à entrega do plano de trabalhos, plano de pagamentos, plano de mão de obra e
equipamentos, bem como do cronograma financeiro, devidamente atualizados em função desta nova
calendarização
PONTO 11 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 4622
sobre o assunto: "Construção de Habitação Acessível - Vila de Rei - 18 Fogos (Lotes 15, 16 e 17) -
Informação relativa ao pedido de prorrogação do prazo" Proc. 2023/300.10.001/41 - para
deliberação:



Contas para a prestação de contas do ano de 2025 - Proc. 2025/300.10.005/1221 - para
PONTO 14 - Relatório - Consulta Prévia - Prestação de serviços de um Revisor Oficial de
A presente proposta ficará anexa aos documentos desta reunião
preenchimento de um posto de trabalho de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional.
público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para
aprovar abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego
Após análise da proposta supramencionada, o Executivo Camarário deliberou por unanimidade,
operacional" Proc. 2025/250.10.101/2 - para deliberação;
preenchimento de um posto de trabalho de trabalho na carreira e categoria de assistente
modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para
procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na
PONTO 13 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Abertura de
O Executivo Camarário tomou conhecimento dos horários dos transportes
conhecimento;
sobre o assunto: "Horários Transportes ano letivo 2025/2026." Proc. 2025/150.10.400/1 - para
PONTO 12 - Informação da Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta n.º 5062
calendarização
equipamentos, bem como do cronograma financeiro, devidamente atualizados em função desta nova
proceder à entrega do plano de trabalhos, plano de pagamentos, plano de mão de obra e
Mais se deliberou, também por unanimidade, que o empreiteiro deve ser notificado para
novembro de 2025, com efeitos à data da presente informação
prorrogação de três meses do prazo da obra, dando continuidade ao prazo inicial até ao dia 17 de
Lda., processo n.º 2023/300.10.001/41, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, o pedido de



deliberação;						
cujo texto se passa a transcrever:						
Relatório						
Consulta Prévia - Prestação de serviços de um Revisor Oficial de Contas para a prestação de						
contas do ano de 2025						
O presente relatório visa dar cumprimento ao estabelecido no artigo 124º do Código dos						
Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual						
Foi solicitado, através dos convites nºs 3626, 3627 e 3628, de 21/08/2025 (enviados por e-						
mail) proposta para a prestação de serviços supramencionada às seguintes firmas:						
Júlio Martins & Alves da Silva, SROC, Lda;						
Deloitte & Associados, SROC, S.A;						
PricewaterhouseCo	opers & Associados - Sociedade	de Revisores de Contas,	Lda			
Decorrido o prazo estipulado para a entrega das propostas, verificou-se que apenas						
apresentou proposta a seguint	e firma:					
Júlio Martins & Alv	es da Silva, SROC, Lda. (entrada: 1	12h30 do dia 25/08/202	5)			
Após a análise da pro	posta, verificou-se que a mesma	vinha acompanhada da	declaração			
correspondente ao anexo I do	C.C.P, sendo admitida. Critério	de adjudicação Critério	o de adjudicação:			
Avaliação do preço (mais bai	ko preço) O valor base para o r	referido procedimento e	é de € 11.500,00			
(Onze mil e quinhentos euros). A proposta apresentada resume-se no quadro seguinte:						
Firma		Valor Total				
Júlio Martins & A	Alves da Silva, SROC, Lda.	€ 11.496,00				

------Perante o exposto, entende-se que a adjudicação da prestação de serviços em causa deverá ser efetuada à firma Júlio Martins & Alves da Silva, SROC, Lda pelo valor total de € 11.496,00 (Onze



mil quatrocentos e noventa e seis euros), acrescido de IVA. Dado tratar-se da apresentação de uma
única proposta, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos
relatórios preliminar e final, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 125º do C.C.P., na atual
redação
Propõe-se a aprovação da minuta em anexo.
Nos termos do nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual:
"O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação
do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou
sociedades de revisores oficiais de contas."
Propõe-se a aprovação da minuta em anexo
À consideração superior,"
Após análise do relatório supramencionado, a Câmara Municipal deliberou aprovar, por
unanimidade, a adjudicação da prestação de serviços à firma Júlio Martins & Alves da Silva, SROC, Lda
pelo valor total de € 11.496,00 (onze mil quatrocentos e noventa e seis euros), acrescido de IVA., bem
como, aprovou a minuta que se anexa aos documentos desta sessão
Mais deliberou a Câmara Municipal, considerar o relatório em condições de ser submetido à
apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 15 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4903 sobre
o assunto: "Pedido de Cedência de Gabinete Empresarial no Centro de Instalação de Empresas e
Serviços (CIES)" Proc. 2025/300.50.201/31 - para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade, a cedência do Gabinete Empresarial n.º 1 do
CIES, sito na Zona Industrial do Souto, à empresa Wayfarsil – Transportes de Mercadorias, Lda., com o
NIF 515427756 e sede na morada Passeio das Ilhas, n.º 6, 6A e 6B, 1.º andar, 2670-322 Loures, para a
cedência de um Gabinete Empresarial de Longa Duração nas instalações do CIES



PONTO 16 - Informação da Divisão Financeira, de Patrimonio e Valorização n.º 4668 sobre
o assunto: "Pedido de prorrogação de contrato de arrendamento - Espaço Empresarial n.º 5 do
CIES" Proc. 2023/300.50.201/11 - para deliberação;
Após análise da informação e do seu esclarecimento, não havendo qualquer impedimento
regulamentar, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, a prorrogação de contrato de
arrendamento do Espaço Empresarial n.º 5 do CIES, Zona Industrial do Souto, lote 14, pela empresa
Nelson Filipe Gaspar Unipessoal, Lda, NIPC 516215825, o qual teve inicio a 01/02/2024 e de acordo com
o disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do Centro de Instalação de Empresa no Souto, o
período de permanência estabelecido é de 18 meses, podendo o mesmo ser prorrogado por mais 6
meses
PONTO 17 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4795 sobre
o assunto: "Pedido de prorrogação de contrato de arrendamento - Gabinete Empresarial n.º 5 do
CIES" Proc. 2023/300.50.201/11 - para deliberação;
Após análise da informação e do seu esclarecimento, não havendo qualquer impedimento
regulamentar, o Executivo Camarário aprovou por unanimidade, a prorrogação de contrato de
arrendamento do Espaço Empresarial n.º 5 do CIES, Zona Industrial do Souto, lote 14, pela empresa
Geometria Viajante, Lda, NIPC 516742213, o qual teve inicio a 01/02/2024 e de acordo com o disposto
no n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do Centro de Instalação de Empresa no Souto, o período de
permanência estabelecido é de 18 meses, podendo o mesmo ser prorrogado por mais 6 meses
PONTO 18 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4659 sobre
o assunto: "Pagamento da Cota Anual - Protocolo de Colaboração com a AEBB" Proc.
2024/150.10.500/4 - para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade, o pagamento do subsídio fixo anual no valor
de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), conforme o estipulado na Cláusula 3.ª do Protocolo de



Colaboração celebrado entre o Município de Vila de Rei e a AEBB — Associação Empresarial da Beira
Baixa, aprovado e assinado em 22 de fevereiro de 2024
PONTO 19 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto "Regulamento dos
Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos" Proc. 2024/100.10.400/2 - para deliberação;
Após análise da proposta mencionada em epígrafe a Câmara Municipal deliberou por
unanimidade, aprovar o Regulamento dos Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos
Mais deliberou a Câmara Municipal, considerar a proposta em condições de ser submetida à
apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 20 - 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025 - Proc.
2025/350.10.001/6 - para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções
do Plano de 2025
PONTO 21 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4658 sobre
o assunto: "Listagem de pagamentos e recebimentos do mês de julho" Proc.
2025/350.10.600/1741 - para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da listagem de pagamentos e recebimentos
referentes ao mês de julho de 2025
PONTO 22 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 4649 sobre
o assunto: "Renovação do Protocolo de Cooperação com a AHRESP" Proc. 2024/150.10.500/5 -
para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade, a renovação do Protocolo de Cooperação
com a AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
PONTO 23 - 3.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025 - Proc.
2025/150.20.202/3 - para deliberação:



Foram presentes à Câmara Municipal os documentos respeitantes à 3.ª Revisão do Orçamento e
Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2025
Após análise daqueles documentos, que se dão por integralmente reproduzidos na presente
ata e vão ficar arquivados na pasta dos documentos desta reunião ordinária, a Câmara Municipal
deliberou por maioria, contabilizando 4 (quatro) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Vereador do
Partido Socialista, aprovar a 3.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro
de 2025
3ª Revisão do Orçamento, que importa na receita com reforços e anulações no valor de
€223.700,00 (duzentos e vinte e três mil setecentos euros) e €47.000,00 (quarente e sete mil euros),
respetivamente, e na despesa com reforços e anulações no valor de €296.700,00 (duzentos e
novecentos e seis mil e setecentos euros) e €120.000,00 (cento e vinte mil euros), respetivamente
Os documentos consideram-se integralmente transcritos
Mais deliberou a Câmara Municipal, considerar a proposta em condições de ser submetida à
apreciação da Assembleia Municipal
PONTO 24 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Pedido de autorização
prévia da assunção de compromissos plurianuais" Proc. 2025/350.10.600/1923 - para deliberação;-
Foi presente à Câmara Municipal a informação mencionada em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"Proposta
Assunto: Pedido de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais
Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, "A assunção
de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de
investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira
com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia: Da assembleia



municipal, quando envolvam entidades da ad	ministração local	"			
Desta forma, apresenta-se no qua	dro seguinte o c	ontrato para o	qual se pretende obter a		
deliberação da Assembleia Municipal quanto	à autorização p	révia, incluindo	para a reprogramação da		
assunção dos compromissos plurianuais:					
	Classificação org.	Ano 2025	Ano 2025 com IVA		
Descrição	, ,				
	e económica	com IVA			
Construção dos Passadiços da Cascata dos Poio	0102/07010406	€ 101.743,89	€ 211.461,72		
À consideração superior,					
Após análise da proposta acima transcrita, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por					
unanimidade a autorização prévia da assunçã	o dos compromis	sos plurianuais.			
Mais deliberou a Câmara Municipal,	considerar a pro	nosta em condic	çãos do sor submotida à		
	·				
apreciação da Assembleia Municipal					
PONTO 25 - Informação da Divisão Financeira, de Património e Valorização n.º 5061 sobre					
o assunto: "Listagem de pagamentos	s e recebimer	itos do mês	de agosto" Proc.		
			-		
2025/350.10.600/1922 - para conhecimento;					
O Executivo Camarário tomou conhecimento da listagem de pagamentos e recebimentos					
referentes aos mês de agosto de 2025					
PONTO 26 - Informação da Divisão	Financeira, de Pa	trimónio e Valo	orização n.º 5089 sobre		
o assunto: "Listagem das autorizações pr	-		•		
conhecimento;					
O Executivo Camarário tomou conh	necimento da list	agem das autor	izações prévias genéricas,		
mais considerou a presente informação e	m condições de	ser submetida	a para conhecimento da		
Assembleia Municipal					



<u>DE SETEMBRO:</u>
Ninguém acedeu
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO
E não havendo mais nada a tratar – e referindo que todos os documentos apresentados na
presente reunião de Câmara se dão como integralmente transcritos –, foi dada por finda a reunião
pelo Presidente da Câmara, Paulo César Laranjeira Luís, eram cerca de 11.11h, da qual, para constar
e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que será assinada pelo Presidente da Câmara, Paulo César
Laranjeira Luís e por mim, Ana Lúcia Mateus Francisco, que a secretariei e processei em computador.
O Presidente da Câmara Municipal,
A Secretária,